



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO  
PRESIDÊNCIA

CONVÊNIO DETRAN-SP Nº 35/2025

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA para a delegação de competências estaduais de recolhimento, custódia e leilão de veículos removidos por infração de trânsito pelo Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (DETRAN-SP) que entre si celebram o Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (DETRAN-SP) e o MUNICÍPIO DE BOTUCATU.

O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO, com sede na Rua João Brícola, nº 32, 15º andar, Centro Histórico, São Paulo-SP, CEP 01014-010, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o nº 15.519.361/0001-16, neste ato representado por seu Presidente, EDUARDO AGGIO DE SÁ, com fundamento no artigo 32, inciso V, do Decreto estadual nº 69.053, de 14 de novembro de 2024, e o artigo 300 da Portaria Normativa nº 37, de 14 de dezembro de 2024, doravante denominado DETRAN-SP, e o MUNICÍPIO DE BOTUCATU, com sede à Praça Professor Pedro Torres, nº 100, Centro, Botucatu-SP, CEP 18600-900, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o nº 46.634.101/0001-15, neste ato representado por seu Prefeito, FÁBIO VIEIRA DE SOUZA LEITE, devidamente autorizado pela legislação municipal vigente, doravante designado MUNICÍPIO, com fundamento na Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, em especial no artigo 25, na Resolução CONTRAN nº 623, de 6 de setembro de 2016, e nos dispositivos constitucionais e legais vigentes, firmam o presente CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. Este CONVÊNIO tem por objeto a cooperação técnica, material, administrativa e operacional, para a delegação de competências estaduais do DETRAN-SP ao MUNICÍPIO e do MUNICÍPIO ao DETRAN-SP, visando à execução dos serviços de remoção, custódia, liberação e leilão de veículos, em virtude de infração às normas de trânsito, conforme disposto no Plano de Trabalho que integra o presente instrumento.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPES**

**2.1. Ao DETRAN-SP caberá:**

**2.1.1. Obrigações relacionadas à delegação de competências estaduais do DETRAN-SP ao MUNICÍPIO para a execução de serviços de remoção, custódia e depósito de veículos removidos por infrações de trânsito:**

a) elaborar o registro e formalizar procedimentos de fiscalização de trânsito que resultem na remoção de veículos, conforme as atribuições e competências do DETRAN-

SP;

b) acionar imediatamente a administração do pátio para efetuar a remoção e o depósito do veículo a ser removido;

c) emitir o Termo de Recolhimento de Veículo (TRV), especificando os objetos encontrados no veículo, os equipamentos obrigatórios presentes e ausentes, o estado geral da lataria e pintura, os danos causados por acidente (quando aplicável), além de dados que permitam a identificação precisa do veículo, conforme disposto no artigo 4º da Resolução CONTRAN nº 623, de 2016;

d) expedir por meio eletrônico a Autorização para Liberação de Veículo, relativa aos veículos removidos sob competência estadual do DETRAN-SP, condicionada ao pagamento de multas, taxas, despesas com remoção, estadia e outros encargos previstos na legislação, além de eventuais reparos necessários, conforme o artigo 271, § 1º e § 2º da Lei federal nº 9.503, de 1997;

e) definir as características e os requisitos mínimos de operação no pátio, conforme previsto no Plano de Trabalho deste CONVÊNIO;

f) aferir, para fins de autorização de início ou manutenção das operações no pátio, as condições de funcionamento, segurança, conforto, preservação ambiental e higiene;

g) permitir que o MUNICÍPIO, ente público conveniado ou particular contratado, conforme a alínea "c" do item 2.2.1 deste CONVÊNIO, acesse o sistema informatizado do DETRAN-SP, denominado Sistema de Pátios e Leilões (SISPL), especificamente para os veículos sob a custódia do MUNICÍPIO, obedecendo o disposto na Cláusula Quarta deste CONVÊNIO, para os seguintes fins:

I - registrar informações sobre veículos removidos e liberados, de competência municipal;

II - consultar informações sobre veículos custodiados, conforme previsto no artigo 13 da Resolução CONTRAN nº 623, de 2016, para subsidiar ações administrativas e operacionais; e

III - consultar a situação cadastral dos veículos em processo de leilão, prestação de contas e destinação de valores, tais como bloqueios, restrições e débitos.

h) capacitar o MUNICÍPIO, por meio de reuniões e ou outros meios pertinentes, quanto aos procedimentos necessários para execução das atividades objeto do CONVÊNIO; e

i) acompanhar e fiscalizar o desenvolvimento das atividades necessárias à execução do presente instrumento.

#### **2.1.2. Obrigações relacionadas à delegação de competências para a realização de leilões de veículos removidos:**

a) realizar, por intermédio do seu Presidente, a delegação da competência para realização de leilões dos veículos removidos, observados os regramentos da Lei federal nº 9.503, de 1997, da Resolução CONTRAN nº 623, de 2016, e do Plano de Trabalho, sendo que o ato de delegação compreenderá os procedimentos preparatórios previstos na Resolução CONTRAN nº 623, de 2016;

b) indicar no ato de delegação o período das remoções autorizadas para leilão, bem como os prazos para abertura de edital e para a homologação do certame;

c) emitir ordem de serviço, ou documento equivalente, ao MUNICÍPIO, contendo a relação de veículos aptos a serem leiloados e toda a documentação relacionada aos veículos custodiados, podendo ser aproveitada para fins de preparação no que couber;

d) garantir que a identificação veicular seja realizada por empresa de vistoria credenciada pelo DETRAN-SP e que o respectivo laudo seja emitido conforme as regras do credenciamento;

e) franquear a servidores autorizados do MUNICÍPIO o acesso aos sistemas informatizados do DETRAN-SP para a realização de pesquisas e transações necessárias ao regular processo de leilão; e

f) garantir que as multas devidas ao DETRAN-SP prevaleçam sobre as dos demais órgãos para fins de rateio de valores arrecadados, não constituindo a presente delegação como renúncia de receita ou repasse de valores, conforme dispõe o artigo 32, da Resolução CONTRAN nº 623, de 2016, e o item 10 do Plano de Trabalho.

## **2.2. Ao MUNICÍPIO caberá:**

### **2.2.1. Obrigações relacionadas à delegação de competências estaduais para a execução de serviços de remoção, custódia e depósito de veículos removidos, por infrações de trânsito:**

a) disponibilizar área para implantação e administrar o pátio, cabendo-lhe a remoção, custódia e devolução de veículo removido por infração de trânsito;

b) atender às solicitações de remoção, depósito e custódia de veículos de forma ininterrupta durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, todos os dias da semana;

c) realizar os serviços de remoção, custódia e leilão de veículo, podendo esses serviços serem prestados por particular por meio de contratação própria ou de outro ente público conveniado, obedecida a legislação em vigor e atendidas as regras indicadas no Plano de Trabalho;

d) providenciar e zelar pelo cumprimento do Plano de Trabalho, das normas de trânsito e porventura as que venham a editar, quanto ao procedimento relativo à administração, ao controle e à coordenação do pátio;

e) franquear acesso às dependências do pátio, às documentações e à sua operação, às autoridades competentes e seus agentes, quando da necessidade da realização de inspeções ou demais atos pertinentes da administração do trânsito e do meio ambiente;

f) estabelecer como valores máximos para os serviços de remoção e custódia de veículos no pátio, nos casos de infrações de responsabilidade do DETRAN-SP, os valores fixados nos subitens dos itens 17 e 18 do "Capítulo IV - Serviços de Trânsito", do Anexo I, da Lei estadual nº 15.266, de 26 de dezembro de 2013, ou outra que venha a substituir e seja aplicável à Autarquia;

g) estabelecer a vedação de cobrança de valor para a estadia de veículo nos dias em que não houver expediente de atendimento ao público para a liberação do veículo apreendido ou em que não for possível retirá-lo devido a motivos que o próprio pátio tenha dado causa;

h) proceder à restituição dos veículos removidos, exclusivamente mediante a expressa e específica "Autorização para Liberação de Veículo", prevista na alínea "d" do item 2.1.1 deste CONVÊNIO, sem prejuízo da verificação da identidade e da legitimidade do requerente;

i) responsabilizar-se por qualquer dano causado a terceiros na execução do presente CONVÊNIO, podendo contratar seguro;

j) apoiar as ações de fiscalização realizadas;

k) participar de reuniões envolvendo o DETRAN-SP e as autoridades de trânsito visando ao alinhamento de ações e efetividade do CONVÊNIO;

l) providenciar a remoção, custódia e leilão dos veículos remanescentes que porventura estejam alocados em outro pátio utilizado anteriormente pelo DETRAN-SP e que tenham sido removidos em virtude de infração às normas de trânsito de competência do DETRAN-SP, no limite territorial do respectivo MUNICÍPIO;

m) providenciar, quando solicitado, a remoção do veículo e seu imediato encaminhamento ao pátio, com chegada do guincho ao local da ocorrência

preferencialmente em até 60 (sessenta) minutos, a contar do instante da solicitação da remoção do veículo até a chegada ao local da ocorrência;

n) zelar pelo depósito e custódia dos veículos colocados sob a sua responsabilidade, mantendo-os no estado em que deram entrada no pátio, ressalvado o desgaste natural pela ação do tempo;

o) utilizar o sistema informatizado do DETRAN-SP para gestão de apreensões e liberações de veículos removidos, sendo o SISPL ou outro que o substitua;

p) indicar os funcionários que farão o uso do sistema informatizado do DETRAN-SP para a gestão de apreensões e liberações de veículos removidos, mantendo atualizado o cadastro de funcionários;

q) garantir que o sistema do DETRAN-SP seja atualizado diariamente, conforme as entradas e saídas dos veículos removidos;

r) atualizar o cadastro dos veículos removidos constantemente para identificação de danos, depreciação e ou remoção entre pátios;

s) observar e cumprir as exigências estabelecidas pelo DETRAN-SP para o funcionamento do pátio; e

t) arcar com despesas de transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto deste CONVÊNIO, bem como indenizar integralmente terceiros e proprietários dos veículos danificados sob sua custódia em relação a sinistros de qualquer natureza, podendo o MUNICÍPIO contratar seguro para esse fim.

#### **2.2.2. Obrigações relacionadas à delegação de competências para a realização de leilões de veículos removidos:**

a) manifestar, por meio de ofício formal, interesse na realização do leilão, solicitando a emissão do ato de delegação por parte do DETRAN-SP, que deverá conter:

I - identificação do responsável técnico pelo leilão;

II - indicação do local pretendido para realização do certame;

III - declaração de que cumprirá as disposições previstas no Plano de Trabalho e na Resolução CONTRAN nº 623, de 2016.

b) realizar, nos termos do disposto no item 2.1.2 do presente CONVÊNIO, os procedimentos preparatórios para a realização de leilões, incluindo a organização da documentação dos veículos conforme disposto na Resolução CONTRAN nº 623, de 2016;

c) publicar edital de leilão com informações detalhadas sobre os veículos e condições do certame, garantindo ampla publicidade e acesso às informações pelos interessados;

d) proceder à alienação dos veículos removidos, respeitando a ordem de destinação dos valores arrecadados para pagamento de multas, tributos, despesas administrativas e outros encargos relacionados, conforme regulamentação, observando o disposto no item 11.2 deste CONVÊNIO;

e) observar as diretrizes estabelecidas no Plano de Trabalho, garantindo que os prazos e critérios técnicos sejam atendidos para a efetivação do leilão;

f) garantir a transparência e regularidade na execução dos certames, seguindo as normas aplicáveis e prestando contas ao DETRAN-SP quando solicitado;

g) fornecer ao DETRAN-SP, quando solicitado, relatórios sobre os leilões realizados, incluindo o quantitativo de veículos alienados e os valores arrecadados; e

h) assegurar a fiscalização e a gestão rigorosa dos serviços delegados à empresa concessionária ou permissionária, seja ela pública ou privada, de modo a garantir o estrito cumprimento do disposto na alínea "f" do item 2.2.1 deste CONVÊNIO.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA COMISSÃO DE CONTROLE, ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO (CCAE)**

3.1. A CCAE será integrada por 3 (três) servidores do DETRAN-SP e 3 (três) servidores do MUNICÍPIO, indicados pelos representantes dos partícipes, em até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do CONVÊNIO, que providenciarão a publicação dos atos de indicação no Diário Oficial do Estado.

3.2. Incumbe à CCAE reunir-se trimestralmente, em caráter ordinário, ou extraordinariamente, sempre que necessário, para deliberar sobre os assuntos correlatos à execução deste CONVÊNIO, sem competência para alterar os termos deste instrumento.

3.3. A CCAE não poderá tomar decisões que resultem em prejuízos para qualquer uma das partes envolvidas, respeitando-se as condições e os direitos previstos neste CONVÊNIO.

**4. CLÁUSULA QUARTA - DA PROTEÇÃO DE DADOS**

4.1. As partes declaram-se cientes dos direitos, obrigações e penalidades aplicáveis constantes da Lei federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que instituiu a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que de maneira ampla e perfeita será aplicada ao presente instrumento, obrigando assim os partícipes a adotar todas as medidas razoáveis para garantir, por si, bem como seu pessoal, colaboradores, empregados e subcontratados que utilizem os Dados Protegidos na extensão autorizada na referida LGPD, não devendo praticar qualquer tipo de ato que envolva os dados pessoais relativos ao CONVÊNIO sem a prévia autorização ou solicitação da outra parte, observando sempre os princípios da adequação e necessidade do tratamento.

4.2. Caso haja o desligamento ou rescisão do presente CONVÊNIO, os dados de ambos os partícipes serão devidamente descartados, conforme estabelecido na Lei federal nº 13.709, de 2018.

4.3. As partes, na condição de operadores de dados pela Lei federal nº 13.709, de 2018, deverão:

I - manter sigilo sobre os dados que tiverem acesso em decorrência da prestação de serviços, nos termos dos artigos 37 e 39 da Lei federal nº 13.709, de 2018; e

II - responder pelos danos causados, nos termos do artigo 42 da Lei federal nº 13.709, de 2018.

**5. CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DOS RECURSOS FINANCEIROS**

5.1. O presente CONVÊNIO não implica repasse de recursos financeiros entre os partícipes.

**6. CLÁUSULA SEXTA– DA VIGÊNCIA**

6.1. O presente CONVÊNIO vigorará pelo prazo de 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES**

7.1. O presente CONVÊNIO poderá ser alterado mediante Termo Aditivo a ser assinado pelos representantes dos partícipes, observada a legislação em vigor, vedadas a alteração do objeto e previsão de repasse de recursos estaduais.

**8. CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO**

8.1. O controle e a fiscalização da execução do presente CONVÊNIO ficam atribuídos aos representantes que vierem a ser designados pelos partícipes.

## **9. CLÁUSULA NONA – DA RENÚNCIA E DA RESCISÃO**

9.1. O presente CONVÊNIO poderá ser denunciado, por desinteresse de qualquer dos partícipes, mediante comunicação escrita, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias.

9.2. O objeto de cooperação técnica, material, administrativa e operacional, relacionado à operação do pátio, poderá ser rescindido a qualquer momento. Entretanto, as atividades vinculadas à delegação de competências estaduais do DETRAN-SP ao MUNICÍPIO, destinadas à execução dos serviços de leilão de veículos, deverão permanecer vigentes até a conclusão integral dos procedimentos do leilão, garantindo o cumprimento das disposições legais aplicáveis.

9.3. O presente CONVÊNIO também poderá ser suspenso ou rescindido imediatamente em caso de descumprimento de suas Cláusulas ou de infração legal.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO**

10.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo para dirimir as questões decorrentes da execução do presente CONVÊNIO, que não puderem ser resolvidas administrativamente, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

11.1. Nos termos do Parágrafo Único, do artigo 12, da Resolução CONTRAN nº 623, de 2016, os lotes de veículos provenientes de remoção em decorrência de competência estadual do DETRAN-SP, deverão ser ofertados em lotes separados e com os valores de arremates depositados em conta específica indicada pelo DETRAN-SP, bem como a documentação prevista no artigo 31, incisos VIII, IX, X e XI, da mesma resolução, deverá ser produzida de modo apartado em relação aos lotes de competência originária do DETRAN-SP.

11.2. A ordem de prevalência, considerando o rateio previsto no artigo 32 e seguintes, da Resolução CONTRAN nº 623, de 2016, de veículos provenientes de remoção em decorrência de competência estadual do DETRAN-SP, deverá ser mantida, sendo que as multas devidas ao DETRAN-SP prevalecerão sobre as dos demais órgãos, não constituindo a presente delegação como renúncia de receita, repasse de valores e ou alteração de ordem de preferência.

11.3. Os custos e valores de remoção, estadia, liberação, preparação e leilão não poderão exceder os valores previstos pela Lei estadual nº 15.911, de 29 de setembro de 2015, e Lei estadual nº 15.266, de 2013, sendo estabelecido valor máximo de 7,75 UFESPs por lote para preparação e incidência do valor de taxa de liberação a ser pago pelo arrematante, conforme item 19 do Anexo I da Lei nº 15.266, de 2013.

11.4. O MUNICÍPIO, no âmbito de sua circunscrição, poderá realizar leilões de veículos custodiados pelo DETRAN-SP, independentemente do vínculo entre o pátio e a Administração Pública, desde que observadas as disposições legais aplicáveis, garantindo a transparência, a publicidade e a destinação adequada das receitas conforme previsto neste instrumento.

11.5. Aplicam-se às omissões deste instrumento as disposições da Lei estadual nº 15.911, de 2015, Resolução CONTRAN nº 623, de 2016, Lei federal nº 9.503, de 1997, Lei federal 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas e regulamentos aplicáveis ao CONVÊNIO.

11.6. A assinatura deste CONVÊNIO pressupõe o acordo das partes de que os instrumentos anteriormente pactuados são considerados extintos de forma consensual, conforme previsto no artigo 138, inciso II, da Lei federal nº 14.133, de 2021.

E, por estarem as partes de pleno acordo com as condições ora estabelecidas, firmam o presente CONVÊNIO.

São Paulo, data da assinatura digital.

EDUARDO AGGIO DE SÁ  
Presidente

FÁBIO VIEIRA DE SOUZA LEITE  
Prefeito de Botucatu

Testemunha  
ANDERSON DE LA PALMA LEITE PODDIS  
CPF: 158.427.528-67



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO AGGIO DE SÁ, Presidente**, em 03/06/2025, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANDERSON DE LA PALMA LEITE PODDIS, Diretor**, em 09/06/2025, às 20:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **FABIO VIEIRA DE SOUZA LEITE, Usuário Externo**, em 12/06/2025, às 14:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.sp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0069160902** e o código CRC **6B0C6FA0**.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO  
PRESIDÊNCIA

## PLANO DE TRABALHO

Integra o CONVÊNIO DETRAN-SP Nº 35/2025, em atendimento à Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

### 1. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO A SER EXECUTADO

1.1. Promover a cooperação técnica, material, administrativa e operacional para a delegação de competências estaduais do DETRAN-SP ao MUNICÍPIO e do MUNICÍPIO ao DETRAN-SP, com vistas à execução dos serviços destinados à remoção, custódia, liberação e leilão de veículos removidos por infrações às normas de trânsito.

### 2. METAS A SEREM ATINGIDAS

2.1. Na execução deste Plano de Trabalho, além de definir as ações específicas para alcançar os propósitos fixados no CONVÊNIO, os partícipes objetivam:

#### 2.2. META 1: EFICIÊNCIA E AGILIDADE NA REMOÇÃO, CUSTÓDIA E LIBERAÇÃO DE VEÍCULOS

2.2.1. Objetivo: Garantir serviços de remoção, depósito, custódia e liberação de veículos com alto padrão de eficiência e agilidade, atendendo às demandas legais e operacionais.

2.2.2. Responsabilidades:

2.2.2.1. O MUNICÍPIO deve assegurar infraestrutura apropriada ao pátio, atendimento ágil às solicitações de remoção e gestão operacional eficiente.

2.2.2.2. O DETRAN-SP deve monitorar e auditar o cumprimento dos padrões operacionais estabelecidos.

2.2.3. Indicadores:

2.2.3.1. O MUNICÍPIO deve manter uma taxa de atendimento às solicitações em patamar igual ou superior a 95%.

2.2.3.2. O MUNICÍPIO deve garantir um tempo médio de resposta do guincho inferior a 60 (sessenta) minutos.

#### 2.3. META 2: INTEGRIDADE E PRESERVAÇÃO DOS VEÍCULOS

2.3.1. Objetivo: Proteger os veículos armazenados contra danos ou deteriorações durante o período de custódia, garantindo a qualidade da guarda.

2.3.2. Responsabilidades:

2.3.2.1. O MUNICÍPIO deve realizar inspeções bimestrais, devidamente documentadas.

2.3.2.2. O DETRAN-SP deve realizar monitoramento contínuo e auditorias periódicas.

2.3.3. Indicadores:



2.3.3.1. Reclamações de danos deverão permanecer abaixo de 2% do total de veículos armazenados, sob responsabilidade do MUNICÍPIO.

## 2.4. META 3: TRANSPARÊNCIA E EFICIÊNCIA NOS LEILÕES

2.4.1. Objetivo: Realizar leilões de veículos apreendidos de forma estruturada e transparente, observando os prazos e critérios técnicos definidos na legislação, e maximizando os valores arrecadados.

2.4.2. Responsabilidades:

2.4.2.1. O DETRAN-SP e o MUNICÍPIO devem supervisionar todas as etapas do leilão, desde a organização até a prestação de contas.

2.4.3. Indicadores:

2.4.3.1. O DETRAN-SP e o MUNICÍPIO devem garantir que o percentual de veículos leiloados seja superior a 90% do total ofertado.

2.4.3.2. Relatórios financeiros devem ser entregues pelo DETRAN-SP ou pelo MUNICÍPIO até o 10º (décimo) dia útil após a realização do leilão.

## 3. ETAPAS DE EXECUÇÃO E OBRIGAÇÕES DO PLANO DE TRABALHO

### 3.1. DISPOSIÇÕES GERAIS

#### 3.1.1. Atribuições do MUNICÍPIO:

a) assegurar que o pátio esteja em operação a partir da assinatura do Termo de CONVÊNIO, em estrito cumprimento às Cláusulas pactuadas e às normativas aplicáveis; e

b) restringir a prestação dos serviços ao território municipal, exceto mediante autorização formal do DETRAN-SP.

#### 3.1.2. Atribuições do DETRAN-SP:

a) emitir autorização formal para a prestação de serviços fora do território municipal, quando justificado, em conformidade com a alínea "b" do item 3.1.1 deste Plano de Trabalho; e

b) fiscalizar e auditar o cumprimento das condições gerais pactuadas no CONVÊNIO.

### 3.2. PROCEDIMENTOS DE REMOÇÃO E DEPÓSITO

#### 3.2.1. Atribuições do MUNICÍPIO:

a) executar as atividades de remoção com agilidade, assegurando que todos os veículos sejam devidamente catalogados, documentados e registrados.

#### 3.2.2. Atribuições do DETRAN-SP:

a) emitir o Termo de Recolhimento de Veículo (TRV) para veículos de competência estadual, contendo:

I - identificação completa do veículo (placa, chassi, motor, cor, modelo, ano, e demais elementos identificadores); e

II - registro detalhado do motivo da remoção incluindo referência à legislação aplicável.

b) acompanhar e validar a regularidade das remoções executadas pelo MUNICÍPIO com emissão de relatórios periódicos.

### 3.3. CONFERÊNCIA DO ESTADO MATERIAL DOS VEÍCULOS

#### 3.3.1. Atribuições do MUNICÍPIO:

- a) assegurar que a administração do pátio verificará se o estado físico do veículo corresponde ao descrito no Termo de Recolhimento de Veículo (TRV); e
- b) registrar imediatamente, em caso de divergência, as inconsistências no Sistema de Pátios e Leilões (SISPL), ou outro que vier substituí-lo, devendo o DETRAN-SP ser comunicado e os responsáveis devidamente notificados.

3.3.2. Atribuições do DETRAN-SP:

- a) receber as comunicações do MUNICÍPIO e deliberar quanto às soluções necessárias em caso de divergências identificadas; e
- b) orientar o MUNICÍPIO quanto aos procedimentos para registro e documentação de inconsistências.

3.4. TRANSFERÊNCIA DE VEÍCULOS

3.4.1. Atribuições do MUNICÍPIO:

- a) impedir a transferência de veículos para outro pátio sem autorização formal do DETRAN-SP.

3.4.2. Atribuições do DETRAN-SP:

- a) emitir autorização expressa e formal para eventual transferência de veículos entre pátios, quando necessária; e
- b) monitorar e validar os registros e justificativas para transferência.

3.5. RECURSOS HUMANOS E ATENDIMENTO

3.5.1. Atribuições do MUNICÍPIO:

- a) assegurar a disponibilização de equipe técnica e operacional, composta por:

I - guardas e vigilantes para segurança patrimonial do pátio;

II - motoristas e operadores para remoção e entrega de veículos; e

III - funcionários responsáveis pelo recebimento, guarda e restituição de veículos.

- b) realizar capacitações periódicas para garantir a qualidade dos serviços, priorizando atualizações normativas e operacionais.

3.5.1.1. Atribuições do DETRAN-SP:

- a) fiscalizar a estrutura de recursos humanos disponibilizada pelo MUNICÍPIO e a execução dos serviços; e
- b) fornecer diretrizes técnicas e participar de capacitações para alinhar procedimentos operacionais, incluindo ferramentas tecnológicas utilizadas no processo.

3.6. ATENDIMENTO AO PÚBLICO

3.6.1. Atribuições do MUNICÍPIO:

- a) garantir o atendimento de todos os usuários que estiverem na área de atendimento do pátio antes do horário de fechamento, assegurando a conclusão dos atendimentos em andamento, mesmo após o encerramento oficial das atividades; e

- b) assegurar o funcionamento do pátio nos seguintes horários:

I - recebimento de veículos: 24 horas por dia, 7 dias por semana, inclusive feriados; e

II - liberação de veículos: de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, e aos sábados, das 8h às 13h.

3.6.1.1. Nos termos da alínea "g" do item 2.2.1 deste CONVÊNIO, fica expressamente vedada a cobrança de qualquer valor referente à guarda ou estadia de veículo nos dias em que:

I - não houver expediente de atendimento ao público para a liberação do veículo apreendido no pátio; e

II - não for possível a retirada do veículo por motivo que tenha sido causado pelo próprio pátio ou pela administração do MUNICÍPIO.

3.6.2. Atribuições do DETRAN-SP:

a) fiscalizar o cumprimento dos horários de atendimento estabelecidos e a qualidade dos serviços prestados ao público; e

b) orientar o MUNICÍPIO sobre os procedimentos de atendimento ao usuário, quando necessário, visando a padronização e qualidade do serviço prestado.

#### **4. ESPECIFICAÇÕES DO PÁTIO E GUINCHO**

##### **4.1. INFRAESTRUTURA DO PÁTIO**

4.1.1. O pátio deverá atender às especificações mínimas definidas, incluindo:

4.1.1.1. Acesso ao sistema informatizado homologado pelo DETRAN-SP; e

4.1.1.2. Áreas separadas para atendimento ao público, administração e depósito de veículos, devidamente identificadas.

##### **4.2. ESTRUTURA FÍSICA**

4.2.1. O pátio deve possuir:

4.2.1.1. Muro em alvenaria, gradis metálicos ou telas de alta resistência, com altura mínima de 2,5 metros;

4.2.1.2. Cercamento com concertina ou outro dispositivo de proteção perimetral ao longo de todo o pátio;

4.2.1.3. Sistema de iluminação eficiente, abrangendo todas as áreas e vagas, garantindo visibilidade contínua durante a noite;

4.2.1.4. Sistema de vigilância por câmeras, cobrindo todas as áreas do pátio, com armazenamento mínimo de imagens por 90 dias;

4.2.1.5. Piso pavimentado resistente ao tráfego dos veículos armazenados;

4.2.1.6. Acesso único e controlado para entrada e saída de veículos, com portão fechado automaticamente ou imediatamente após cada movimentação; e

4.2.1.7. Local específico e sinalizado para separação e organização de veículos destinados a leilão.

##### **4.3. MANUTENÇÃO**

4.3.1. O pátio deve estar permanentemente:

4.3.1.1. Limpo, com vegetação aparada e sem acúmulo de lixo ou dejetos;

4.3.1.2. Livre de materiais inflamáveis e em conformidade com normas ambientais para descarte de resíduos; e

4.3.1.3. Critérios de segurança e conformidade ambiental.

##### **4.4. SEGURANÇA**

4.4.1. O pátio deverá conter:

4.4.1.1. Sistema de iluminação de emergência em todas as áreas críticas;

- 4.4.1.2. Extintores de incêndio estrategicamente distribuídos e em quantidade suficiente, com manutenção periódica;
- 4.4.1.3. Sistema de para-raios certificado e funcional; e
- 4.4.1.4. Espaço adequado para manobras seguras de veículos de todos os tamanhos.
- 4.5. CONFORMIDADE AMBIENTAL
- 4.5.1. O pátio deverá instalar:
  - 4.5.1.1. Área específica para descontaminação de veículos, garantindo a retirada e o descarte correto de fluidos contaminantes;
  - 4.5.1.2. Piso impermeabilizado com canaletas conectadas a sistema separador de água-óleo, evitando a degradação ambiental; e
  - 4.5.1.3. Certificação semestral de desinsetização e desratização, emitida por empresa autorizada e registrada.
- 4.6. DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA
- 4.6.1. Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) atualizado.
- 4.6.2. Laudo técnico de conformidade ambiental elaborado e assinado por engenheiro registrado no CREA.
- 4.6.3. Relatório fotográfico detalhado que comprove o cumprimento das exigências estabelecidas no item 4 deste Plano de Trabalho.
- 4.7. ESPECIFICAÇÕES DOS GUINCHOS
- 4.7.1. Licenciamento e Equipamentos:
- 4.7.2. Os guinchos deverão estar devidamente licenciados e equipados em conformidade com a legislação de trânsito em vigor;
- 4.7.3. Todos os guinchos deverão conter identificação visual clara, incluindo logotipo ou marca que demonstre a vinculação ao serviço público municipal; e
- 4.7.4. Todos os guinchos deverão passar por manutenção preventiva mensalmente, com emissão de relatório técnico.
- 4.8. ESTIMATIVAS DE OCUPAÇÃO E CAPACIDADE
- 4.8.1. A capacidade total do pátio deverá ser proporcional à frota municipal registrada no MUNICÍPIO, extraída com base nas informações da SENATRAN, adotando-se os seguintes critérios:
  - 4.8.1.1. Motocicletas e similares: 0,1% da frota total, com área média por vaga de 2 m<sup>2</sup>.
  - 4.8.1.2. Automóveis e similares: 0,5% da frota total, com área média por vaga de 6 m<sup>2</sup>.
  - 4.8.1.3. Veículos pesados: 0,02% da frota total, com área média por vaga de 70 m<sup>2</sup>.
- 4.9. O MUNICÍPIO de Botucatu, com uma frota de 117.856 veículos, conforme dados da SENATRAN referentes ao período de novembro de 2024, apresenta os seguintes valores mínimos:
  - 4.9.1. Motocicletas e similares:
    - I - Número mínimo de vagas: 118
    - II - Área total necessária: 236 m<sup>2</sup>
  - 4.9.2. Automóveis e similares:
    - I - Número mínimo de vagas: 590
    - II - Área total necessária: 3.540 m<sup>2</sup>
  - 4.9.3. Veículos pesados:

I - Número mínimo de vagas: 24

II - Área total necessária: 1.680 m<sup>2</sup>

4.10. QUANTIDADE DE VAGA TOTAL:

4.11. O pátio deverá conter no mínimo 732 vagas.

4.12. Área Total do Pátio:

4.12.1. O pátio deverá contar com uma área mínima de 6.548 m<sup>2</sup>, incluindo margens de segurança para veículos não resgatados no prazo legal e para circulação interna.

## 5. **PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS**

5.1. O CONVÊNIO não implicará repasse financeiro entre as partes.

5.2. Todos os custos operacionais serão integralmente absorvidos pelas partes conforme a regulamentação vigente.

## 6. **PREVISÃO DE INÍCIO E TÉRMINO DA EXECUÇÃO**

6.1. A execução do objeto será de natureza contínua, vinculada à vigência do ajuste.

## 7. **PROCEDIMENTOS E ESPECIFICAÇÕES SOBRE LEILÃO DE VEÍCULOS**

### 7.1. CLASSIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO

7.1.1. A avaliação dos veículos a serem leiloados deve seguir os parâmetros estabelecidos pela Resolução CONTRAN nº 623, de 6 de setembro de 2016, com destaque para o disposto no artigo 15.

7.1.2. Os veículos classificados nas três categorias previstas na legislação devem observar critérios específicos de destinação e condições aplicáveis.

### 7.2. VEÍCULOS CONSERVADOS (DESTINADOS À CIRCULAÇÃO)

7.2.1. Os veículos poderão voltar a transitar, cabendo ao arrematante a responsabilidade de regularizar o registro junto ao órgão de trânsito e pagar as taxas correspondentes.

7.2.2. A responsabilidade pela regularização junto ao órgão executivo de trânsito, incluindo registro, vistorias e custos de transferência, será exclusivamente do arrematante.

7.2.3. Os veículos serão entregues no estado em que se encontram, cabendo ao comprador realizar os reparos técnicos necessários para garantir sua segurança, incluindo a substituição das peças deterioradas pelo uso ou desgaste natural.

### 7.3. SUCATAS APROVEITÁVEIS

7.3.1. Os veículos classificados como sucatas aproveitáveis destinam-se exclusivamente ao desmonte e ao reaproveitamento de peças.

7.3.2. As sucatas serão entregues no estado em que se encontram, e as empresas arrematantes assumem total responsabilidade pela utilização e destinação final das peças, respeitando todas as restrições legais.

### 7.4. SUCATAS INSERVÍVEIS

7.4.1. Os veículos considerados sucatas inservíveis são destinados exclusivamente à reciclagem, sendo proibida a comercialização de peças, componentes ou partes metálicas.

7.4.2. Esses bens serão transformados em fardos metálicos, por meio de prensagem ou trituração, conforme determina o § 2º, inciso II, do artigo 16 da Resolução CONTRAN nº 623, de 2016.

7.4.3. A comercialização dessas sucatas ocorrerá com base em seu peso, sendo o lance inicial fixado em 0,013 Unidades Fiscais do Estado de São Paulo (UFESPs) por quilograma de material ferroso.

7.4.4. Cabe às empresas arrematantes adotar práticas ambientalmente corretas para a destinação final, incluindo a captação e descarte adequado de fluidos e materiais contaminantes, sob supervisão do DETRAN-SP ou da entidade responsável pelo leilão.

#### 7.5. RESTITUIÇÃO DE VEÍCULOS

7.5.1. O proprietário do veículo poderá reaver o bem até o último dia útil antes da realização do leilão, desde que sejam quitados todos os débitos pendentes e o veículo seja devidamente regularizado, conforme disposto no artigo 24 da Resolução CONTRAN nº 623, de 6 de 2016.

### 8. PLANO DE TRABALHO - OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO EXECUTOR DO LEILÃO

#### 8.1. CUSTOS E RESSARCIMENTO

8.1.1. O órgão executor do leilão será responsável pelos custos iniciais necessários à realização do leilão, que inicialmente serão suportados pela entidade responsável pela execução dos serviços. Esses valores serão ressarcidos de acordo com o disposto no inciso I do artigo 32 da Resolução CONTRAN nº 623, de 2016, a partir da prestação de contas do leilão, cuja liquidação deverá observar os seguintes valores:

I - 2,75 UFESPs: Referente à identificação por veículo, conforme item 15.2, Capítulo IV, Anexo I, da Lei estadual nº 15.266, de 26 de dezembro de 2013;

II - 5,0 UFESPs: Referente à preparação por veículo, conforme item 20, Capítulo IV, Anexo I, da Lei estadual nº 15.266, de 26 de dezembro de 2013;

III - 5% do valor do arremate de cada veículo, correspondente à comissão do leiloeiro, conforme artigo 24 do Decreto federal nº 21.981, de 19 de outubro de 1932.

8.1.2. A dedução do valor de arremate do bem será realizada conforme o inciso I, enquanto os valores descritos nos incisos II e III deverão ser acrescidos ao valor do arremate, conforme o artigo 10 da Lei estadual nº 15.911, de 29 de setembro de 2015.

#### 8.2. PUBLICAÇÃO DO EDITAL

8.2.1. O órgão executor do leilão deve publicar o Edital de Leilão com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis da data do evento, conforme os artigos 19 e 20 da Resolução CONTRAN nº 623, de 2016.

8.2.2. O Edital de Leilão deve especificar todos os veículos disponíveis para arremate, organizados por lotes e classificação (conservado ou sucata), conforme os itens 7.2, 7.3, e 7.4 deste Plano de Trabalho.

8.2.3. O Aviso de Leilão deve conter informações resumidas, como local, data, horário do evento, tipos de veículos ofertados (circulação, sucatas aproveitáveis, sucatas com motor inservível ou sucatas inservíveis), e endereços para obtenção do Edital de Leilão completo.

8.2.4. O Aviso de Leilão deve ser publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em conformidade com a Resolução CONTRAN nº 623, de 2016.

8.2.5. Após a publicação do Edital de Leilão, o órgão executor deve enviar a relação dos veículos em formato digital, utilizando o arquivo técnico de referência disponibilizado pelo DETRAN-SP, para registro do leilão no sistema RENAVAM, conforme o artigo 18 da Resolução CONTRAN nº 623, de 2016.

#### 8.3. ETAPA PREPARATÓRIA

8.3.1. O órgão executor do leilão deve assegurar que todas as pesquisas necessárias sejam realizadas exclusivamente por meio do Sistema de Pátios e Leilão (SISPL), ou outro que vier substituí-lo, limitadas aos lotes vinculados ao leilão em questão.

8.3.2. A identificação dos veículos deverá ser obrigatoriamente realizada por uma Empresa Credenciada de Vistoria (ECV) credenciada pelo DETRAN-SP, com os laudos respectivos sendo disponibilizados no Sistema de Vistorias do Estado de São Paulo (e-Vistoria), observando as regras previstas na Resolução CONTRAN nº 941, de 28 de março de 2022.

8.3.3. O órgão executor do leilão deverá notificar os proprietários e os credores, conforme o disposto no artigo 5º da Lei estadual nº 15.911, de 2015, e artigo 5º da Resolução CONTRAN nº 623, de 2016.

#### 8.4. ETAPA PÓS-LEILÃO

8.4.1. O órgão executor do leilão deve assegurar que todas as pesquisas necessárias sejam realizadas exclusivamente por meio do Sistema de Pátios e Leilão (SISPL), ou outro que vier substituí-lo, limitadas aos lotes vinculados ao leilão em questão.

8.4.2. A identificação dos veículos deve ser realizada obrigatoriamente por uma Empresa Credenciada de Vistoria (ECV) autorizada pelo DETRAN-SP, com os laudos disponibilizados no Sistema de Vistorias do Estado de São Paulo (e-Vistoria), em conformidade com a Resolução CONTRAN nº 941, de 28 de março de 2022.

8.4.3. O órgão executor deve notificar os proprietários e credores dos veículos, conforme previsto no artigo 5º da Lei estadual nº 15.911, de 2015 e no artigo 5º da Resolução CONTRAN nº 623, de 2016.

#### 8.5. OBRIGAÇÕES GERAIS DURANTE TODAS AS ETAPAS

8.5.1. O órgão executor deve observar as normas e fluxos previstos no CONVÊNIO, neste Plano de Trabalho e no Edital de Leilão.

8.5.2. A utilização dos sistemas eletrônicos disponibilizados pelo DETRAN-SP deve ser limitada às finalidades autorizadas, exclusivamente relacionadas aos bens vinculados ao leilão, conforme as diretrizes estabelecidas.

8.5.3. O órgão executor deve assegurar o sigilo das informações recebidas, sendo responsável pela indenização de eventuais danos decorrentes de quebra de sigilo ou uso indevido dessas informações, em conformidade com a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

8.5.4. É responsabilidade do órgão executor cumprir toda a legislação aplicável à execução dos serviços, incluindo prazos, e fiscalizar as atividades realizadas por terceiros em todas as etapas do leilão.

8.5.5. Os lances devem ser iguais ou superiores ao valor de avaliação, sendo vedado o oferecimento de preços irrisórios, desproporcionais ao valor do bem ou de natureza vil.

8.5.6. O órgão executor deve informar ao arrematante que o agendamento e a retirada do veículo devem ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a notificação, sendo que, decorrido o prazo, o arrematante será considerado desistente, perdendo em favor do Estado de São Paulo o valor integral pago, bem como o direito à adjudicação do bem ou lote arrematado, que será destinado a novo leilão.

#### 8.6. HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO DE LEILÃO E DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

8.6.1. Para a homologação do processo de leilão, o executor do leilão deverá instruir os autos conforme os documentos dispostos no artigo 31 da Resolução CONTRAN nº 623, de 2016.

8.6.2. As notificações aos ex-proprietários sobre os saldos credores, se houver, são de responsabilidade dos órgãos competentes, conforme os itens do Plano de Trabalho, devendo serem tratadas de forma independente do processo de homologação.

### 9. GESTÃO FINANCEIRA

9.1. De acordo com o artigo 12 da Resolução CONTRAN nº 623, de 2016, os valores decorrentes dos arremates devem ser depositados em contas bancárias distintas, sob controle e reconciliação de cada órgão responsável.

9.2. Os valores arrecadados nos leilões realizados sob este CONVÊNIO devem ser depositados em conta bancária específica indicada pelo DETRAN-SP, conforme o item 11.1 deste CONVÊNIO.

9.3. A emissão do Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais (DARE), ou equivalente, é responsabilidade exclusiva do DETRAN-SP para os veículos sob sua custódia, assegurando o direcionamento correto dos valores à conta específica indicada.

9.4. Para os veículos sob custódia do MUNICÍPIO, o órgão responsável pelo leilão deve emitir documento equivalente, obedecendo o regramento estabelecido pelo próprio MUNICÍPIO.

## **10. PRESTAÇÃO DE CONTAS**

10.1. A prestação de contas deverá ser entregue em 15 (quinze) dias úteis e observar todas as exigências previstas no artigo 32 da Resolução CONTRAN nº 623, de 2016, incluindo o cumprimento do rateio dos valores arrecadados na ordem ali definida

10.2. Deverá ser elaborado um relatório financeiro individualizado por lote, incluindo os dados gerais relativos ao veículo, sua classificação, avaliação e informações acerca da arrematação.

10.3. O relatório de prestação deverá ser enviado em formato digital, em modelo ou layout a ser fornecido pelo DETRAN-SP em documento técnico de referência, nos termos do item anterior, conforme estabelecido no § 1º do artigo 32 da Resolução CONTRAN nº 623, de 2016, respeitando os prazos estabelecidos no presente CONVÊNIO.

## **11. HABILITAÇÃO DE CREDITORES – ART. 32, IV, DA RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 623, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016**

11.1. Em conformidade com o disposto no artigo 32, inciso IV, da Resolução CONTRAN nº 623, de 2016, os valores destinados aos credores trabalhistas, tributários e titulares de crédito com garantia real deverão observar a ordem de preferência estabelecida no artigo 186 da Lei federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

11.2. O órgão responsável pelo leilão, seja o DETRAN-SP ou o MUNICÍPIO, deverá implementar e manter mecanismos e procedimentos adequados para que os credores sub-rogados nos direitos sobre o bem leilado possam habilitar-se formalmente e requerer os créditos devidos.

11.3. Esses mecanismos devem assegurar:

I - clareza e transparência no processo de habilitação;

II - disponibilidade de canais eficazes para o envio das solicitações;

III - observância rigorosa dos prazos e das exigências legais pertinentes; e

IV - registro minucioso e arquivamento de toda a documentação apresentada pelos credores.

11.4. O órgão responsável deve, ainda, garantir a comunicação clara e efetiva dos procedimentos a serem adotados pelos credores, garantindo que todos os interessados sejam devidamente informados.

## **12. PROCEDIMENTO PARA RESTITUIÇÃO DE VALORES AOS CREDITORES**

12.1. A destinação dos valores remanescentes pertencentes aos antigos proprietários será realizada em conformidade com o artigo 35 da Resolução CONTRAN nº 623, de 2016.

12.2. Cada órgão será responsável exclusivamente pela gestão e restituição dos valores de saldo remanescente, assegurando que os procedimentos sejam documentados e executados em estrita conformidade com a legislação vigente.

## **13. TRÂMITE ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL**

13.1. O trâmite administrativo e operacional entre o DETRAN-SP e o MUNICÍPIO deverá ser realizado exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), conforme disposto no Decreto estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023, garantindo a eficácia, a transparência e a rastreabilidade dos atos administrativos praticados.



14. **DA APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO**

14.1. Fica aprovado o presente Plano de Trabalho pelas autoridades competentes que abaixo subscrevem.

São Paulo, na data da assinatura digital.

EDUARDO AGGIO DE SÁ  
Presidente

FÁBIO VIEIRA DE SOUZA LEITE  
Prefeito de Botucatu



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO AGGIO DE SÁ, Presidente**, em 03/06/2025, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **FABIO VIEIRA DE SOUZA LEITE, Usuário Externo**, em 12/06/2025, às 14:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.sp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0069162115** e o código CRC **81FE7253**.